

A MARCA DA (INTER)SUBJETIVIDADE NA SENTENÇA COMPLEXA SUBJETIVA

Nilza Barrozo Dias
Universidade Federal Fluminense
nilzabarrozodias@id.uff.br

RESUMO:

Neste artigo, analisamos a sentença complexa subjetiva, constituída de oração matriz + oração encaixada completiva subjetiva, numa análise sintática, semântica e textual-discursiva. A ordem ^{oraçãomatriz + Sujeitooracional} é a ordem preferencial e não-marcada, já a ordem ^{Sujeito oracional + oração matriz} é a marcada. Consideramos que a posição inicial da sentença complexa indica “espaço” de (inter)subjetividadee que a oração encaixada subjetiva veiculará informação de sentido mais geral na forma verbal não-finita. A ordem marcada pode apresentar uma subjetiva realizada por sequência de orações e uma oração matriz que carrega funções avaliativas e textual-discursivas.

PALAVRAS- CHAVE: orações subjetivas; semântica; discurso; funcionalismo.

ABSTRACT:

In this article, we analyze the subjective complex sentence, made up of ^{matrix clause + subjective clause}, on syntactic, semantic and discursive-textual approach. The non-marked sentence order is ^{matrix clause + subjective clause}; and the marked sentence order is ^{subjective clause+ matrix clause}. We consider that the sentence initial position indicates “space” of (inter) subjectivity and that the subjective clause will express a general meaning information on the non-finite form. The marked sentence order can present a subjective clause that is realized by a sequence of clauses + a matrix clause which accumulates evaluative and textual-discursive functions.

KEYWORDS: subjective clauses; semantic; discourse; functionalism.

Introdução.

Objetivo, neste trabalho, analisar os valores semântico-discursivos da sentença complexa subjetiva, além de considerar a função sintática estabelecida entre as orações, numa abordagem funcionalista. A sentença¹ complexarealiza-se como uma oração matriz² mais uma oração encaixada³ completiva subjetiva. A função subjetiva pode ser representada quer por uma oração, quer por uma sentença, quando temos uma série de orações com a mesma função sintática.

Os valores semântico-discursivos dizem respeito às marcas de (inter) subjetividade expressas na oração matriz. Isto quer dizer que o falante coloca o seu posicionamento, a sua atitude diante de uma situação discursiva e poderá tentar trazer o ouvinte para compartilhar a situação. A marca da (inter)subjetividade abarca (i) valores semânticos de modalidade (epistêmica e deôntica) e de avaliação da atitude (a apreciação, o afeto e o julgamento), e (ii) a ordem da oração subjetiva em relação à oração matriz. Ao ocupar a posição no início da sentença, o falante coloca uma grande carga semântica na oração matriz, tornando-a expressão dos seus anseios, crenças, das proibições em relação a si mesmo e em relação ao outro participante da atividade discursiva.

Analizamos, neste trabalho, a sentença complexa subjetiva que apresenta as orações matrizes avaliativas e modalizadoras encontradas nas amostras: *verbo ser + adjetivo*, *verbo ser + substantivo* e *verbo ser + particípio*, na modalidade falada, abrangendo as variantes mineira, carioca e fluminense. A primeira seção consiste de abordagem teórica acerca de (inter) subjetividade e conexão de orações; a segunda seção trata da metodologia e a terceira seção abarca a análise de dados.

1. Considerações teóricas.

1.1. A (inter)subjetividade.

Para Lyons (1996, p. 337), a subjetividade denota a propriedade do ser como sujeito de consciência (de cognição, sentimento e percepção), ou como sujeito de ação (um agente). O autor argumenta que o SELF é a expressão do agente locucionário, produto de papéis sociais e interpessoais, que se manifestam

1 Conforme Castilho (2010, p. 337): “o termo sentença complexa será preferido em lugar de período, visto que este não é uma unidade sintática diferente da sentença simples.”

2 Conforme Castilho (2010, p. 337) e Halliday (1994 [1985], p. 69-105.

3 Conforme proposta de Halliday (1994 [1985], p. 69-105.

no modo socialmente identificável, ou seja, o papel dele(a) no contexto de fala. Temos graus de subjetividade que são expressos em estilos e situações diferenciadas. A partir dessas considerações, ele propõe a subjetividade do enunciado, que é a combinação da subjetividade de constituição com a da agentividade.

Traugott (no prelo) considera a subjetividade como a expressão do significado semântico ou pragmático que é inferida da expressão da atitude do falante ou ponto de vista (subjetividade) e da atenção do falante para a autoimagem do ouvinte (intersubjetividade). Na polissemia de ordem subjetiva, deve-se apontar a avaliação acerca de outros participantes, numa posição relativa dentro de uma escala; deve o falante posicionar-se para a verdade da proposição (epistêmico); pode-se indexar a estrutura informacional (tópico), a ordem de constituintes e de orações e a conectividade de orações; pode-se ainda observar a subjetividade no ato de fala de uma proposição e na relação de episódios no estudo de marcadores discursivos; pode-se analisar a polidez e os eufemismos na intersubjetividade. A autora aborda a subjetividade como construção cognitiva na interação e nos procedimentos de produção e compreensão de fala.

Para Traugott e Dasher (2005, p. 34-44), os falantes/escritores têm, à sua disposição, metáforas, metonímias e elementos marcados pela (inter) subjetividade, que funcionam como *micro-dynamicsofsemanticinnovation*. A *inferência sugerida* é um tipo de sentido derivado de combinações semânticas oriundas do contexto pragmático-discursivo específico, via processos metafóricos e metonímicos. Na articulação desse sentido mais abstrato, o falante/escritor procura “sugerir” ou convidar seu interlocutor a partilhar novos sentidos, na expressão de crenças, valores, grau de comprometimento, entre outras noções abstratas e pessoais.

1.2. A modalidade e a avaliação.

A modalidade tem sua base na Lógica da Filosofia da Linguagem, particularmente, na distinção entre modalidades deôntica e epistêmica. Para Lyons (1977: p. 793), a modalidade epistêmica está associada à **possibilidade** e à **necessidade** da verdade da proposição, o que envolve conhecimento e crença. Já a modalidade deôntica estabelece necessidade ou possibilidade de atos executados de acordo com agentes moralmente responsáveis e está associada às funções sociais de **permissão** e de **obrigação**.

Após citar Lyons (1977, p.793), Bybee & Fleischmann (1995, p. 4-6) afirmam que a noção epistêmica é de grande uso linguístico, porque os estudos, em várias línguas, revelam que a modalidade epistêmica possui marcadores gra-

maticais que funcionam de modo explícito para marcar a avaliação da verdade de uma proposição. Assim, para muitas analistas, a modalidade epistêmica expressa o grau de comprometimento do falante para com a verdade da proposição em um determinado enunciado. Os autores afirmam que a modalidade epistêmica de possibilidade pode ser expressa no inglês através de *may* e *might* (*wemay/mightlosetheelection*), mas a epistêmica de necessidade é expressa com *must* (*they must wontheelection*). Mas os autores consideram que não deve haver restrição ao uso da modalidade epistêmica somente com leituras de possibilidade e necessidade, já que o comprometimento do falante expressa grau de participação na atividade discursiva. Assim, a categoria evidencialidade pode compartilhar espaços na modalidade epistêmica.

A modalidade deôntica é um conceito fácil para os linguistas, mas que apresenta natureza imperfeita com as categorias linguísticas correspondentes numa análise de várias línguas ou no estudo de mudança linguística. A modalidade deôntica apresenta falhas na distinção de subcategorias expressas em flexões, tal como o imperativo Na Filosofia da Linguagem, a modalidade deôntica expressa as noções de **obrigação** e **permissão** que podem ser encontradas em assertivas de condições deônticas. Mas a concepção tradicional exclui certas noções semânticas relacionadas, tais como **habilidade** (física e mental) e **desejo**, sendo que apresenta expressões linguísticas similares às expressões de **permissão** e **obrigação**. A divisão tradicional revela casos de polissemia, em que uma mesma forma pode ser usada para ambas as modalidades.

Num estudo de mudança linguística, já foi observado que significado deôntico tende a tornar-se de uso epistêmico. Assim os marcadores de **obrigação** tendem a se usados como de probabilidade e de inferência. Já, no caso de marcadores de **permissão**, não é a permissão *per se* que autoriza o significado epistêmico de **possibilidade**, já que, virtualmente, a permissão pode derivar-se de uma **habilidade** (a permissão possui um sentido mais generalizado de possibilidade de raiz, que nasce de uma habilidade). A possibilidade de raiz predica condições gerais que incluem a permissão, que é uma condição de capacidade social.

Ainda dentro das categorias deônticas que mudam para epistêmica, temos os verbos indicadores de desejo (e obrigação) que mudam para significado de futuro. Temos a mudança de modalidade deôntica para epistêmica de uma expressão que predique condições no agente- *modalidade orientada para o agente-* para uma expressão modalizadora que tenha uma proposição sob seu escopo e comunica o olhar do falante em relação à verdade da proposição- *modalidade orientada para o falante*.

Tendo em vista a dificuldade de trabalhar com a supercategoria de modalidade deôntica e epistêmica, Bybee et al (1994, p. 176-242) discutem quatro tipos, a saber: modalidade orientada para o agente (*agent-oriented*), orientada para o falante (*speaker-oriented*), epistêmica (*epistemic*) e subordinada (*subordinating*), relacionando-as aos valores semânticos que indicam obrigação, probabilidade e possibilidade, e às formas linguísticas, como as verbais - *imperative, hortative, conditional e subordinating*. Nos dados em análise, encontramos, de acordo com Bybee et al. (1994, p. 176-242), os valores de modalidade epistêmica, **possibilidade e probabilidade**, os valores da modalidade orientada para o agente, **obrigação e necessidade**, e, um valor da modalidade orientada para o falante, **proibição**.

Ao abordar as modalidades deôntica e epistêmica, Heine (2005) destaca que a modalidade *orientada para o agente* (ou deôntica) precede temporalmente a modalidade epistêmica e afirma, também, que o caráter subjetivo desta última supera o daquela. A modalidade *orientada para o agente* costuma aparecer significativamente quando o verbo principal é de ação. Ademais, tal modalidade também se relaciona diretamente ao fato de alguém (ou algo) estar desempenhando uma ação usando, para tanto, a própria energia. Heine classifica as modalidades como *epistêmicas e não epistêmicas* e destaca que o mesmo modalizador pode ser lido como possuindo ambas as funções.

A proposta do autor compreende:

A, E: *Sentido em foco*. A expressão é automaticamente associada à modalidade epistêmica ou deôntica, independentemente do contexto.
 A1, E1: *Sentido não-focalizado*. O contexto determinará se a expressão é epistêmica ou deôntica.
 A2, E2: *Sentido marginal*. Apenas em contextos muito específicos será possível determinar o caráter epistêmico ou deôntico da expressão.

Quadro 1: Modalidade epistêmica e modalidade não-epistêmica.

Neves (1996, p. 172-189) considera, numa orientação funcionalista para o estudo da modalidade, que a modalidade deôntica está ligada a valores de **permissão, obrigação e volição**, com o controle do enunciador, sendo o destinatário aquele que aceita o valor da verdade do enunciado, para executá-lo. A modalidade epistêmica diz respeito àquilo que o falante julga que provavelmente acontecerá. Além disso, a autora afirma que a avaliação epistêmica se situa num *continuum* entre aquilo que é absolutamente **certo** e que se estende aos

limites e graus indefinidos do **possível**, em que a certeza é não haver certeza. O não-certo é o **provável** na marcação de atitude do falante.

A qualificação epistêmica quando ligada a um estado-de-coisas apresenta-se independente da avaliação do falante. Ficando fora do enunciado, este não se constrói na primeira pessoa, transferindo-se para o eixo enunciador-enunciatário, o que constitui poderoso recurso para sugerir distanciamento; com isso, o falante, adquirindo foros de isenção, obtém dar maior autoridade a suas declarações. As estratégias que aí se utilizam vão desde o emprego de expedientes sintáticos de subordinação a uma oração *unipessoal*, (60) também (*é possível*) *que haja (...)*, ou a uma oração *cópula*, (...) até a atribuição de declaração a terceiros (...)(NEVES, 1996, p. 181)

Assima modalidade epistêmica, situando-se ou não no eixo dos participantes, liga-se ao conhecimento, manifestando-se no extremo da certeza, **precisão**, e no campo da não-certeza, **imprecisão**.

A modalização deontica (no eixo da conduta) expressa **obrigação** e **permissão**. Ela pode manifestar-se em um *continuum* que vai do obrigatório ao permitido. Tais categorias envolvem algum controle por parte do falante do evento em curso (controle intrínseco) ao contrário da epistêmica que envolve julgamento do falante e é indicada com controle extrínseco. Se não houver obrigação interna com o traço [+controle], não poderá, segundo a autora, ocorrer a modalização deontica do enunciado. A modalidade deontica tem sido classificada em dois eixos: a) obrigação moral, interna, ditada pela consciência; e b) obrigação material, externa, imposta pelas circunstâncias. Assim, a qualificação deontica não opera no nível da proposição (seja por atos diretivos ou declarativos), ela descreve o estado de coisas que será obtido se o ato for realizado.

Para Goodwin (1987, p. 1-54), a avaliação pode constituir-se de uma realização macro da atividade interacional, que pode ser manifestada em micro estrutura sintática. Esta pode sofrer processos de mudança desencadeados pela avaliação utilizada pelo falante. É a exploração da “moldagem” mútua entre gramática e discurso (FOX, 2007). A estrutura sintática micro em análise, [*verbo ser + nome avaliativo*] e somente [*nome avaliativo*], é a oração avaliativa em que se manifesta um posicionamento de atitude do locutor. Neves (2000, p.183) classifica os adjetivos indicadores de avaliação, no campo semântico, em adjetivos que indicam avaliação psicológica e avaliação de propriedades *intensionais*. Na avaliação psicológica, os adjetivos exprimem propriedades que definem o substantivo, apresentando direções em relação ao falante e à

coisa que se nomeia: podem ser da direção da coisa nomeada para o falante e da direção do falante para a coisa nomeada.

Martin & White (2007, p. 1- 59) preocupam-se com os recursos linguísticos através dos quais o falante se expressa, negocia e naturaliza a subjetividade e suas posições ideológicas. Os autores pesquisam a linguagem da avaliação, atitude e emoção, e como uma rede de recursos marca a proposição com subjetividade e a tomada de posição nas relações interpessoais. Nesse sentido, a teoria está relacionada com os significados que mostram o compromisso do falante com suas elocuições e que são expressos em três tipos semântico-discursivos: negociação, avaliação e envolvimento. Em *avaliação (appraisal)*, podemos encontrar: *engajamento, apreciação, afeto, julgamento e gradação*. São atitudes que expressam valores através dos quais os falantes passam julgamentos e associam respostas emocionais/afetivas com os participantes e com os processos descritos. Na análise da atitude do falante, temos três tópicos no nível semântico-discursivo que nos interessam, no momento, a saber: *apreciação, afeto e julgamento*.

Apreciação inclui significados através dos quais os autores/falantes tomam uma posição em relação a coisas, forma, artefatos; expressam reações a determinados elementos de valor agregado; emitem um valor intersubjetivo ou uma avaliação para participantes e para processos por referência tanto a respostas emocionais quanto para sistemas culturalmente determinados.

Afeto está relacionado a respostas emocionais, realizadas através de reações de processos mentais e através de relações atributivas de afeto. Cada significado está alojado em uma escala de força, que vai do grau mais baixo para o mais alto, como por exemplo, *preocupado, assustado, aterrorizado*.

Julgamento está associado à avaliação de comportamento humano, positivamente ou negativamente, em referência a normas institucionalizadas determinadas por valores sociais e culturais. No *Julgamento*, as regras sociais funcionam como regulamentos, definindo expectativas sociais e sistemas de valores. Então, o falante emite uma avaliação das ações dos participantes da interação, com base nas regras de padrão comportamental. Os participantes da interação acessam um determinado comportamento que pode ser visto como moral/imoral; legal/ilegal; aceitável / não- aceitável. Para os autores, o julgamento não apresenta a mesma categorização para diferentes contextos sociais por serem determinados por valores sociais e culturais.

Para Martin & White (2007:58-59), assim como os significados são inentemente graduáveis, a realização gramatical canônica para marcar atitude do falante é o adjetivo, que pode ser escalonado. Assim, faria sentido tentar

estabelecer *frames* gramaticais para distinguirmos tipos de atitude em correlação com os tipos de realização. Os autores afirmam que a origem do afeto está em participantes conscientes que podem ser representados por pessoas, coletividade e instituições. E o comportamento desses participantes conscientes tem como meta o julgamento. Já a apreciação tem como meta coisas concretas ou abstratas.

Vieira (2007) afirma que a avaliação está profundamente associada ao cenário da argumentação, aos estados objetivo e subjetivo desde Aristóteles. Segundo a autora, as avaliações podem ser expressas através de fenômenos não-segmentais- a entonação, os alongamentos, as ênfases, as sobreposições – no trecho em que a avaliação é utilizada pelo falante (GOODWIN(1987, p. 1-54). Pode-se também considerar que há classes de palavras avaliativas, o mesmo pensam Martin & White (2007, p.1-59) e Biber & Finegan (1989, p. 93-124), como adjetivos, advérbios, substantivos e verbos, enfáticos e modais indicadores de possibilidade. A autora retoma ainda o trabalho de Hunston & Thompson (1999) acerca dos referidos itens avaliativos que podem funcionar como *marcadores de posição*.

Após considerações sobre (inter) subjetividade, que abarcam expressão semântica de modalidade e de avaliação, passemos agora a verificar a ordem de orações completivas subjetivas em relação à oração matriz.

1.3. Ordem.

As construções subjetivas que ocorrem na modalidade falada apresentam-se com duas possibilidades de ordem da oração subjetiva em relação à oração matriz. A ordem recorrente não- marcada é: *oração matriz + oração subjetiva*. A ordem marcada é *oração subjetiva + oração matriz*. Tal escolha feita pelo falante tem uma relação com escolhas semântico-discursivas que ele queira que sejam percebidas pelo interlocutor.

As escolhas semântico-discursivas estão estreitamente ligadas à ordem que a subjetiva ocupe em relação à oração matriz. Encontramos, nos dados investigados de fala e escrita, as orações matrizes instanciando as modalidades (deôntica e epistêmica); a avaliação (de afeto, julgamento e apreciação); e as funções textual-discursivas (de assentimento, comentário e avaliação). As modalidades deôntica e epistêmicas são muito usuais nos textos escritos e raras nas amostras de fala investigadas. Mas as orações matrizes com adjetivos avaliativos são muito comuns nas amostras de fala que foram selecionadas, podendo um adjetivo compartilhar mais de um subtipo de avaliação. Quanto às funções textual-discursivas, elas podem ser mais combinadas com avaliação

e mais raramente com modalidade epistêmica. DIAS (2012, p.1-60)

Podemos ainda observar, nas amostras em análise, que a ordem não-marcada apresenta predominantemente orações encaixadas subjetivas com verbos na forma não-finita. Em testes com os dados, encontramos um valor semântico de generalização na informação contida na oração subjetiva. Tal informação de caráter geral é modalizada ou avaliada pelo falante que, com esta estratégia discursiva, pode não se comprometer tanto com a informação veiculada, já que o que ele expressa na oração encaixada pode servir para qualquer participante. Ao usar este recurso discursivo, o falante contrapõe a informação de cunho geral da oração subjetiva e o caráter unipessoal (NEVES, 1996, p.172-189) da oração matriz com o entorno que é, geralmente, marcado pela identificação de participantes, particularização de objetos, eventos, etc.

A ordem marcada, ^{oração subjetiva + oração matriz}, pode apresentar-se com sujeito oracional na forma não- finita e matrizes com valores geralmente avaliativos. Percebemos o valor semântico de leitura mais geral na oração subjetiva que ocupa a primeira posição da sentença complexa. Há o mesmo contraste de *pessoal* versus unipessoal entre o entorno e a sentença complexa. A ordem marcada pode apresentar-se ainda com um sujeito oracional anteposto, representado por uma sequência de várias orações, em relação à oração matriz. Nesta configuração, a oração matriz é geralmente representada por verbo ser + adjetivo avaliativo que pode compor subtipos de avaliativos. Ou ainda, podemos observar o acúmulo de funções textual-discursivas de assentimento, comentário e avaliação, assumidas pela oração matriz.

Vamos observar o quadro abaixo em que há uma relação entre os tipos semântico-discursivos e a posição da oração subjetiva em relação à matriz. O quadro põe em destaque o papel semântico da oração matriz.

Espaço inicial-	Espaço intercalado -	Espaço final
Atitudedo falante: a) Modalizadores b) Avaliativos	Atitudedo falante: a) Modalizadores Epistêmicos	Atitudedo falante: a) Avaliativos b) Textual-discursivos c) Modalizadores

Quadro 2: Valores semântico-discursivos da oração matriz

1.4. A conexão de orações.

A análise do entrelaçamento de orações se baseia nos trabalhos de Lehmann (1988,p. 181-225) e Halliday (1994,p. 69-105).

Lehmann (1988, p. 181-225) propõe um *continuum* de uma máxima elaboração (parataxe) a uma máxima compressão (encaixamento). Desse modo, para Lehmann (1988), a articulação de cláusulas pode ser definida a partir de vários parâmetros semântico-sintáticos, identificáveis em várias línguas:

- (i) Degradação hierárquica da oração encaixada;
- (ii) Nível de constituinte sintático ao qual a oração subordinada se liga;
- (iii) Dessentencialização da subordinada;
- (iv) Gramaticalização do verbo principal;
- (v) Entrelaçamento das duas orações; e
- (vi) Explicitude da articulação.

Os parâmetros (i) Degradação hierárquica da cláusula subordinada; (ii) “Nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se liga” estão contidos no parâmetro maior: autonomia *versus* integração. No segundo parâmetro maior, extensão *versus* redução, encontramos os itens (iii) dessentencialização da subordinada e (iv) gramaticalização do verbo principal. No terceiro parâmetro maior, isolamento *versus* entrelaçamento, temos os subitens: (v) entrelaçamento das duas orações e (vi) explicitude da articulação. Trabalharemos com os parâmetros: autonomia *versus* integração e isolamento *versus* entrelaçamento.

Para medir o grau de *autonomia vs integração*, temos a sequência e a ordem das orações. As encaixadas completivas e adjetivas comportam-se de modo diferente das hipotáticas. A variação da posição da cláusula subordinada em relação à cláusula núcleo pode depender muito mais de restrições gramaticais. Segundo o autor, a anáfora, por exemplo, pode interferir na posição.

No parâmetro *extensão versus redução de orações*, temos a dessentencialização da oração subordinada e a gramaticalização da oração principal. Isto posto, podemos dizer que, no complexo oracional subjetivo, as orações encaixadas subjetivas passam a funcionar como a informação mais relevante e a oração matriz se gramaticaliza e passa a ser um marcador de atitude do falante, assemelhando-se aos advérbios modalizadores que ocupam várias fronteiras entre os constituintes oracionais.

No parâmetro *isolamento X entrelaçamento*, o autor destaca que, quando duas proposições compartilham significados, temos o parâmetro *entrelaçamento de orações*. Sintaticamente, a expressão linguística de predicado, tempo,

aspecto e participantes não ocorrerá na oração encaixada completiva, o que acarretará compartilhamento desses elementos com a oração matriz. Quanto mais entrelaçamento de orações houver, mais encontramos ocorrência de anáfora do sujeito (pronominal ou zero) na oração encaixada completiva. O entrelaçamento das orações pressupõe um rebaixamento hierárquico, porque há maior integração da oração encaixada completiva. Ou seja, o entrelaçamento favorece à dessentencialização: o controle do sujeito feito pela oração matriz pode ser resultado de o verbo da encaixada completiva ser não-finito. No compartilhamento de predicados, de tempo e aspecto, de agentes, as propriedades de tempo e de aspecto da oração encaixada completiva são, segundo o autor, parcial ou totalmente determinadas pela oração matriz. Na dessentencialização, o sujeito é o primeiro afetado.

Ainda dentro deste parâmetro maior, temos a *explicitude do elemento de ligação*: a presença obrigatória do conector quando conectamos grandes porções de texto. Mas, não há uma relação forte entre dessentencialização e presença de conector. Contudo, podemos observar que as conjunções explícitas ocupam seu lugar na oração subordinada sem necessariamente alterar muito o seu *status*, enquanto o subordinador puro (pronomine relativo) está relacionado com o rebaixamento hierárquico sofrido pela oração ao qual é aplicado.

A sentença complexa subjetiva, nas amostras de fala em estudo, apresenta orações mais e menos integradas. A integração é pressionada pela posição da oração, pelo compartilhamento de predicado (a correferencialidade modo-temporal), pelo compartilhamento de sujeito e pela explicitude (ou não) da conjunção.

Halliday (1994, p. 69-105) considera as sentenças complexas em estudo como *projeção*. As orações podem realizar-se quer como paratática e hipotática, quer como encaixada. A projeção pode ser de dois tipos: *locution* e *Idea*. O autor considera ainda *fatos* como um tipo de projeção, em que a oração projetada pode se realizar como processo mental verbal ou como um processo mental nominal, sendo que a forma que projeta constitui-se de um *pacote fechado*. Dentro deste grupo da *projeção*, ele considera as construções com cláusulas atributivas seguidas de um fato projetado. Poderíamos considerar neste grupo as nossas predicadoras constituídas de *verbo ser + substantivo ou adjetivo*.

2. Metodologia.

Utilizamos a proposta teórica funcionalista, sendo que as pesquisas de campo atendem as exigências da Sociolinguística Variacionista e da Etnografia.

A investigação abarca as amostras de fala da região sudeste, compreendendo as variantes mineira, carioca e fluminense. Os objetivos são analisar: (i) os valores semântico- discursivos de modalidade e de avaliação; e os valores textual-discursivos de marcadores discursivos de assentimento, de comentário e de resumo expressos pela oração matriz; e (ii) a expressão de generalização de informação desencadeada pela sentença subjetiva. A nossa hipótese prevê que a posição inicial da sentença complexa é o “espaço” de (inter)subjetividade e o “espaço” seguinte é de generalização de informação.

A variante carioca analisada diz respeito às amostras do Censo/PEUL da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no site <http://www.lettas.ufrrj.br/peul/censo%202000.html>. Tais amostras são selecionadas e gravadas segundo a proposta teórica variacionista, conforme postulado por Labov. Um primeiro grupo de amostras compreende o período de 1980 a 1983. O segundo grupo, o recontato, compreende o período de 1999 a 2000. Selecionamos os seguintes falantes das amostras de 2000, com idade entre 20 e 40 anos: Homens: T 13, T 19 e T 23; mulheres: T 08, T 15, T 17 e T 23, com escolaridade entre 5 a mais de 11 anos, perfazendo um total de sete (07) horas.

As amostras da variante fluminense e carioca foram recolhidas ainda do projeto Discurso & Gramática, site <http://www.discursioegramatica.lettas.ufrrj.br/>. Este projeto segue a tradição funcionalista, sendo as amostras coletadas resultantes de propostas de narrativa de experiência pessoal, recontada, descrição de local, relato de procedimento e de opinião nas modalidades falada e escrita. Foram selecionados e analisados os seguintes informantes, com faixa etária entre 20 e 40 anos: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 18 de Niterói; 6,10,12,13,18 e 20 do Rio de Janeiro¹. Não há especificação do total de horas.

As mostras de fala fluminense também são encontradas em projetos de pesquisa que fazem parte do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq, PORUS (Gramática do Português em Uso) com sede na UFF. O objetivo do projeto é reconhecer como é o uso das sentenças complexas subjetivas na fala fluminense. Estamos em fase inicial e, até o momento, foram coletadas conversas espontâneas de famílias ou de amigos dos municípios do RJ, São Gonçalo e Itaocara. Temos a transcrição de 90 minutos de gravação.

As amostras de fala mineira objetivam a constituição de uma amostra de interação dialógica, a gravação de fala espontânea na região de Juiz de Fora e arredores, na Zona da Mata: Muriaé, Ponte Nova, Tocantins, Tombos e Ubá, tendo em vista os seguintes tipos de realização: o contar de “casos”, recurso usado pelas famílias mineiras das cidades menores, como estratégia de interação verbal. As gravações atendem aos procedimentos da Etnografia e aos pressupos-

tos teóricos funcionalistas. Para este trabalho, selecionamos Tocantins e Ponte Nova, perfazendo o primeiros 96:45 minutos de gravação e o segundo, dividido em três partes, apresenta os seguintes minutos de gravação: I com 26:59 min.; II com 187:46 min., e III com 159:07 min. O projeto financiado pela FAPEMIG, apoiado pela UFJF, e coordenado por mim, no período de 2007-2009 não está disponível em nenhuma página até o momento.

O baixo número de ocorrências pode ser observado abaixo:

PROJETOS	Ocorrências
PEUL/Censo	23
Discurso & Gramática	05
Gramática em Uso	04
Fala Mineira	32

Quadro 3: Número de horas e de ocorrências das sentenças complexas subjetivas por projeto.

A sentença complexa subjetiva apresenta, na língua portuguesa, os *padrões 1 e 2*. O Padrão 1 é representado por matriz constituída de verbos intransitivos e o Padrão 2, por matrizes realizadas por adjetivos geralmente antecidos de verbo “ser”. É interessante observamos que, quando a função de sujeito se realiza sob a forma oracional, a ordem padrão de constituintes para o Português do Brasil, SVO, fica invertida. Recorremos à ordem VS se o sujeito for oracional. Tal ordem encontra respaldo, em primeiro lugar, na posição inicial estratégica de uma sentença como o local de indicação de (inter)subjetividade. Em segundo lugar, as orações encaixadas subjetivas estabelecem um valor semântico generalizante, fazendo com que o falante se distancie ou se descomprometa da informação veiculada. Em terceiro lugar, os nomes/verbos selecionados para a posição de predicador pertencem à classe de modalizadores e avaliativos com uma variação dentro da categoria para atender ao grau de comprometimento do usuário (DIAS, 2012, p. 1-60).

Considerando o foco no nosso fenômeno, o Padrão 2, reafirmamos que o número de ocorrências é bastante pequeno na língua falada. As matrizes constituídas por verbo *ser* + *nome* foram consideradas, tendo em vista as ocorrências encontradas nas amostras em análise. O Padrão 2 se realiza com a estrutura *verbo ser* + *nome*, raramente, *verbo ficar* + *participio*. Foi encontrada a avaliação em adjetivos, substantivos, um advérbio e verbo. São eles: *claro, bom, comum, impressionante, gostoso, verdade, difícil, terrível, muito cedo, um rolo danado, uma fase proibido*,. As orações matrizes mais recorrentes são *com claro e bom*.

É bom lembrar que a sentença complexa subjetiva ocorre com mais fre-

quência na modalidade escrita. As amostras de fala são muito raras. Por isso, uma questão que extrapola este artigo é saber a qual outra estrutura o falante está atribuindo o mesmo valor sintático e semântico-discursivo da sentença complexa subjetiva na modalidade falada dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

3. Conversando com os dados.

A análise de dados será apresentada a partir da ordem da oração encaixada completiva subjetiva⁴ em relação à oração matriz. A ordem mais recorrente é quando a oração encaixada ocorre posposta à oração matriz. Em seguida, serão analisados os dados em que a oração encaixada subjetiva ocorre anteposta à oração matriz. Os casos de intercalação só ocorreram até o momento com as orações do tipo Padrão 1, que não é nosso objeto de estudo. As ocorrências com matriz verbo *ser* + *nome* (e raramente advérbio) podem apresentar-se em processo de gramaticalização, quando, então, deixam de funcionar como predicadoras de argumento sujeito oracional em algumas situações, mas continuam a ter a função de selecionadora em outros contextos. É o que Hopper (1991, p.17-36) denomina de “*layering*” ou camadas. O nosso intento, neste artigo, é trabalhar os casos em que as orações matrizes indicadas funcionam ainda como selecionadoras de argumento.

(1)

31	Vô	quando eu comecei a namorar a Nativa (00) trabalhava no hotel era gerente, saía muito tarde, aí ia na casa dela, as vezes ficava muito tarde faltava energia, aí eu nem ia(00) aí quando eu comecei a namorar a Nativa(00) eu vou fazer um diário(00)eu vou deixar minha vida <u>escrita</u> num diário(00) e fui lá em Visconde do Rio Branco >num papelaria qualquer lá ()< i comprei um diário(00) i meu diário (00)i nem sei deve tá aí em casa guardado aí, aí comecei a escrever(00) “hoje levantei cedo, muito trabalho no hotel o: o expresso deu ponto de almoço aqui só a <u>noite</u> depois que fechô tudo que pude ir a casa de Nativa tivemos lá- tive lá com ela mais ou menos uma hora vim pra casa já era onze hora” e fui contando a história(00) depois num tive mais tempo sei lá(00) depois casei com ela não fiz mais nada e tem esse:: esse diário velho aí, de mil novecentos e quarenta e seis
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		

4 A sentença complexa terá indicação e ficará em negrito. As orações encaixadas subjetivas ficarão entre colchetes.

	45	Naná	ahentão,é uma relíquia né olha
	46 47	Vô	milnoventos e quarenta e seis (00) nós já passamu: (00) nós tamo no dois mil e seis (00)deve te isso aí em casa (00)
	48	Naná	Legal
→	49	Vô	E:ra muito comum [fazer isso antigamente]
	50	Nara	humhum
	51	Vô	Cê contava a vida num diário
	52 53	Gil	e era a maior expectativa porque: cê fica o dia inteiro trabalhando(00)

O exemplo (1) mostra uma sentença complexa subjetiva na linha 49, constituída de oração ^{matriz + oração subjetiva}. A oração matriz detém o valor semântico avaliativo por parte do falante em relação à oração que funciona como encaixada subjetiva – *fazer isso antigamente*. A avaliação expressa pelo falante na oração matriz constitui avaliação do tipo julgamento em relação à proposição – *fazer isso antigamente*. Segundo os padrões sociais e culturais do falante, temos uma atividade usual para a época da sua juventude – *contar a própria vida num diário*. Interessante notar que a encaixada completiva apresenta um pronome *isso*, que torna a informação mais clara via processo catafórico, na linha 51. Outro destaque é a marca unipessoal (NEVES, 1996: 181) da oração matriz, frase 49, que junto com uma proposição de valor geral, na encaixada completiva - *a atividade de fazer diário antigamente se aplicava a todos os adolescentes que pertenciam à comunidade do falante*- formam um contraste entre as porções textuais que vem antes e aquelas que vem depois da sentença complexa subjetiva. Assim, o falante contrasta o mais geral / menos pessoal da comunidade com o mais pessoal da vida dele, aproximando a experiência vivida para a situação discursiva.

(2)

	Tia	Ela é <u>piçan</u> ↑te mas ela num <u>tem</u> ↑ esse <u>ardi</u> ↑do que cê tem que tomá <u>água</u> depois igual <u>pimenta</u> (não) []
	Vô?	() mercado central
		AH::↑ que deLÍ↑cia gente↓
→	Tia	Ou↑ ela tem <u>tu</u> ↑doSA↑be? (0.0) é im>pressionante< como ela cozinha bem (>° italiana°<) é <u>impressionante</u> (0.0) e só coisa <u>diferente</u> ela num <u>tem</u> um bifê <u>assim</u> pra fazêsalgadin coisa (0.0) tradicional (0.0) []

O exemplo (2) instancia uma sentença complexa subjetiva em negrito, constituída de ^{oração matriz + oração subjetiva}. A oração matriz representa uma avaliação do tipo apreciação, em que o adjetivo externa um grau alto de comprometimento do falante em relação à informação contida na oração subjetiva. A oração subjetiva- *como ela cozinha bem*- possui um traço modal representado pelo “como”. Ao término da sentença complexa, o falante utiliza novamente o *é impressionante* que funciona como um comentário no nível textual-discursivo. Parece que, quando a oração encaixada subjetiva se realiza na forma finita, ela não veicula significado geral. A avaliação expressa na oração matriz traduz mais compartilhamento de intimidade entre membros de uma família mineira.

(3)

E: Onde fica essa livraria?

F: Fica na Tijuca, na Praça SaensPeña.

E: Quais são os tipos de livro mais vendidos lá?

F: Didáticos em geral, cara.

E: Não tem assim nenhum título que o pessoal vai sempre lá perguntá assim se chegou?

→F: **É claro** [*que eles perguntam muito também sobre para-didáticos,*] esses livros de leitura extraclasse que ajudam assim nas aulas de Português, Literatura.

E: Você estudou muito pra passá no vestibular?

F: Bom, claro que eu me sacrifiquei como todas as outras pessoas, abduquei de muitas festas, deixei de sair, **é claro**, eu deixei de pô, abri(r) mão de muitas coisas pra poder estudá, mas apesar disso eu reconheço que eu não estudei o máximo não. Censo/PEUL

O exemplo (3) é representado por uma sentença complexa com a oração matriz *é claro*. Temos, do ponto de vista sintático, ^{uma oração matriz + uma oração encaixada} _{completiva}. Do ponto de vista semântico-discursivo, a matriz *é claro* instancia uma modalidade epistêmica asseverativa, em que o falante expressa o seu grau de comprometimento com a verdade contida no enunciado (BYBEE & FREISCHMAN, 1995:p.4-6). O *é claro* pontua a mensagem como certa e asseverada. Ainda podemos dizer que a matriz *é claro* é utilizada pelo falante para marcar a sua avaliação do tipo apreciação (significados através dos quais os autores/falantes emitem um valor intersubjetivo) em que o usuário da língua julga que a proposição entre colchetes possui informação muito transparente para ele próprio, o que o leva a considerar que o interlocutor também deva considerar tal informação como dada e transparente. Se o ouvinte não compartilha a informação, o falante, mesmo assim, considera que ela seja óbvia demais. Para

Basílio(1996, p. 82-97), temos evidências de que os marcadores de assentimento podem se realizar em alguns adjetivos, entre eles, *claro*, *certo* e *lógico*. Temos então um compartilhamento entre a função adjetiva de transparência lógica e a função de marcador (assentimento conversacional) no nível textual-discursivo.

(4)

59 01 02	Vô	aí eles tinha coragem de castigá o sujeito lá(00) então ficô presídio (00) mas depois que pa- [passou pra cidade
03	Tom	[um lugazim pra sugerir pra morá
04	Vô	é e quando passô pra cidade, ficôViscondi do Rio Branco
05	Tom	Hanham
06 07 08	Vô	<u>Aliás</u> ficô Rio Branco(00) depois foi proibido [<i>botá o nomidi Rio Branco</i>], que Rio Branco era um <u>troço</u> mais importante aí no Brasil aí num sei aonde aí(00) <u>intão</u> , num podia te(00)acopado a outra cidade (histórica) aí puseru

A sentença complexa subjetiva é representada, sintaticamente, por uma oração matriz, que seleciona um sujeito oracional na ordem oração matriz + oração subjetiva. Do ponto de vista semântico, a oração matriz denota um valor de modalização deontica muito incomum nos dados de fala. A modalidade deontica foca a noção de obrigação e permissão. No nosso exemplo, temos uma obrigação deontica (BYBEE & FLEISCHMANN, 1995, p. 6). Do ponto de vista morfossintático, a oração matriz realiza-se com estrutura de voz passiva, seguida de uma oração completiva subjetiva na forma não-finita - *botá o nomidi Rio Branco*. Por isso, temos uma integração maior entre as orações, já que a oração subjetiva necessita de ter o seu sujeito anafórico ao agente da passiva não-expresso na oração matriz, mas inferido da situação de fala. É qualquer indivíduo autorizado a proibir. Há uma oração matriz de valor semântico impessoal e a oração encaixada subjetiva representa uma generalização da proibição, indiferente a quem seja o indivíduo. Toda a sentença complexa contrasta com os detalhes dos participantes, dos locais, da história social da comunidade, que são expressos antes e depois da sentença complexa.

(5)

11 12	Luc	°Clara°cê tá confundinu sanfonero com santo (1.0) [num <u>êsão-</u> fonero] não >Clara<.
13 14	Carol	[°o São Luís°-] o São Luís é- é- o nome dele é- é só São Lui↑s?
15	Vô	São Luís Gonza:ga.
16 17	Carol	é isso que eu tô falanu gente e- e- é São Luís Gonza:ga e o mininu não chama Luís Gonza:ga foi por isso que eu ache:i=
18	Vô	=não ma- não=
19 20→	Tom	=> mas é mais fácil [<i>mudá o nome do mini:nu do que mudá o nome do san↑tu</i>]<((risos))
21 22 23	Vô	não ma num tem na↑da a vê Clara (0.8) quioê num pode olhá o santu pelo sobrenome não (0.5) e o mininu <u>tamém</u> não (0.7) eu se quisé dá um- comprá uma medalhinha pra dá um- uma pessoa aí, Mari:a da- da Piedade num ia comprá Maria da Piedade não ia comprá uma MaRI:↑a, Santa Mari:↑a e mandá pra ela (0.8) <u>não</u> (1.2)eu acho assim↓, () <u>bom</u> .

A sentença complexa no exemplo (5), linhas 19 e 20, é representada pela matriz- *mas é mais fácil*- e pela sentença encaixada completiva subjetiva entre colchetes. Sintaticamente, a sentença subjetiva é a mais encaixada na oração matriz por aquela ser expressa nas formas não-finitas do verbo *mudar*. Do ponto de vista semântico- discursivo, temos uma oração matriz marcada pela avaliação do tipo julgamento, tendo em vista o conhecimento do falante de que mudar nome de santo não seja nada fácil, mas o mesmo não se diz de nome de menino. A ordem oração matriz + sentença subjetiva coloca a avaliação em primeira posição sentencial, marcando a subjetividade, o posicionamento do falante em relação à generalização de informação expressa na sentença subjetiva. Ou seja, ao falar da dificuldade de se trocar nome de santo mas não de menino, o falante fala de um modo geral para todo e qualquer nome de santo e todo e qualquer menino. Antes de usar a sentença complexa subjetiva, o falante discute os nomes do santo e do menino, identificando-os, a seguir, utiliza a oração subjetiva de modo a expressar a generalização da informação e, a seguir, ele volta à identificação de nomes de santo e de menino.

(6)

14	Tom	°intendi°
15	Vô	ele era <u>gagumes:mo</u>

16	Tom	((risos)) coi:tado
17	Vô	mas conversava com todo mundo, contava casu, contava
18		anedo-, [gago contáanedota]é terrí:↑vel ((risos, vozes))
19		mas ele:- (0.8) ele contava de tudo, imtu↑do, u: Vicente
20		gagutinha- (1.0) era↑ lembradu.
21		(2.2)
22	Tom	gago tem vergonha de falá (não)
23		(1.8)

(Falante Ponte Nova III)

Temos, no exemplo (6), uma ordem marcada de orações: oração subjetiva + oração matriz. A oração matriz reflete a subjetividade do falante, por meio da avaliação, cujo léxico-*terrível* -instancia “afeto” por causar impacto no falante em associação com julgamento negativo, porque o outro não se enquadra no modo de falar dos usuários da língua, de um modo geral. Além disso, a subjetividade pode ser marcada no traço prosódico de prolongamento de vogal.

Podemos também observar a generalização de significado da oração encaixada subjetiva- *gago contá anedota-*, devidamente marcada pela opinião do falante- *é terrí:↑vel-* em relação à porção de informação que antecede e sucede a sentença complexa. Nesta estrutura complexa, a sentença subjetiva reflete uma generalização de uma condição de indivíduos com problemas prosódicos na expressão de anedotas e não daquele indivíduo em particular, citado antes do uso da sentença complexa. O que é expresso na oração encaixada subjetiva serve para todo e qualquer indivíduo gago. Tanto a avaliação quanto a generalização estão atreladas à subjetividade do falante, que, sabiamente, se descompromete, discursivamente, de alguma inconsistência discursiva, contrastando com a informação mais pessoal que antecede e sucede a sentença complexa.

(7)

	Pedro	()passei lá na frente ((risos))
	João	É mermo? que quem diria a gente quando tivesse novo a gente falá que ia fazêi ssu né? “cê tá doido nem que num tivesse ninguém a gente ia” aquele som cê lembra?
	Pedro	é
	João	quem diria isso? comé que a cabeça vai mudano né? vai chegá um tempo que () mexê com isso nada um frio danado alí fora né?
	Pedro	é ((rindo))

→	João	nada ((risos)) é ficáquietimaqui[é muito melhor] ((risos))
		passsei lá (00) de moto na frente ali na rua olhei falei “o quê? tchau procê vô embora dormi” começô a dá uns pingüim ainda ((risos))
	João	comé que pode cara aí a gen aí a gente ficava doido pra chega ((bocejando))

(Fala Mineira. Tocantins)

O exemplo (7) é uma sentença complexa marcada pela ordem da sentença subjetiva + oração matriz, em que a oração subjetiva é expressa pela forma não-finita de “ficar”. A oração matriz representa uma avaliação do tipo apreciação, tendo o grau de comprometimento do falante marcado na intensificação de “muito”. A ordem marcada em que o sujeito oracional ocorre na primeira posição sentencial reflete a chamada de atenção do ouvinte para a informação aí contida, bem como infere-se um julgamento por parte do falante de que o comportamento de ficar quietinho está de acordo com as normas sociais esperadas pela comunidade em que ele vive- a pessoa mais velha fica quietinha em casa, ao contrário dos mais jovens. As porções de informação que antecedem e sucedem a sentença em negrito são como justificativas bem pessoais que se opõem à informação de leitura geral da sentença complexa em negrito.

(8)

Tim	Nã:oma na verdade (0.0) é um creme né? (0.0) como uma-uma []
Tia	(é tipo uma tort ⁱⁿ hazinha)
Tim	<i>(0.0) é como se fosse um:- (0.0)umaMA↑ssa de pasTEL↑ (0.0)uma massa de tri:↑go- (0.0) de farinha de tri↑go (0.0) cum Á:gua (0.0) só que ela não é fri↑ta (0.0) cê (0.0) faiznu-nu (0.0) na frigiDE↑ra (0.0) ela fica (assim) (0.0) como</i> []
	como se fosse (um cre↓pe)
	<i>se fosse uma panQUEcazinha é é::</i>
→ Tim	é MUI↑to bom↓

O exemplo (8) é representado por um tipo de construção peculiar da fala mineira, em que temosa oração matriz, apontada e em negrito, representando uma avaliação do tipo julgamento positivo do falante acerca de um determi-

nado prato. A sentença subjetiva⁵ é representada pela fala de Tim, em itálico, e ocorre na sequência descritiva que antecede a oração matriz – *é muito bom*, que retoma anaforicamente a informação que a antecede. Se atentarmos para o uso de *é MUI↑to bom↓*, podemos observar que é carregado de marcação prosódica no advérbio intensivo “muito”, expressando a gradação máxima do que é “bom”. A atitude do falante denota profundo envolvimento com os participantes da atividade discursiva familiar.

Podemos ainda, no nível textual-discursivo, considerar que *é MUI↑to bom↓* pode apresentar leitura de marcador discursivo que marca assentimento do falante, um comentário em relação à informação em itálico.

(9)

→	João	<i>bebia caía deitado, te teve uma vez que teve um baile chique rapaiz dumas menina, tipo assim né? baile pra desfilar; era desfile aí todo mundo arrumadin cabelo arrumado (todo mundo) a gente gritava “oh gostosa” ((risos)) “uu vai ganhar gostosa” ninguém ficava perto do Douglas, aí teve uma vez que ele bebeu tanto que caiu na porta no dia do baile o pessoal tudo caído o pessoal chutando ele assim () aí larguei ele pra trás, cê lembra? aí eu larguei ele pra trás ele volto cum pessoal de stilo de carro i ...era bom demais</i>
→	Li	era bom demais
	João	em Piraúba
	João	tinha umas garota bonita

(Tocantins)

Em (9), consideramos que a sentença complexa subjetiva consiste de sujeito representado por toda a informação em itálico que antecede a matriz de avaliação positiva, “era bom demais”. O elemento “bom” constitui, nos termos de Martin & White (2007, p. 1-69), um valor semântico-discursivo de avaliação do tipo julgamento, já que o falante utiliza recursos próprios para julgar a situação de acordo com princípios normativos sociais, que possibilitam ao jovem ter tal comportamento considerado positivo. Pode-se ainda considerar uma composição com a avaliação do tipo apreciação, já que o falante aprecia eventos da juventude de maneira muito positiva.

5 Neste tipo de sentença complexa, com ordem marcada, o sujeito vem em itálico e não em negrito, por ser muito extenso e demandar outra análise no nível textual-discursivo.

Uma terceira possibilidade de leitura é sobrepor análise no nível textual-discursivo. A oração - *era bom demais* - pode ser vista, no nível pragmático, como um marcador discursivo que marca assentimento do falante João, uma avaliação positiva de acontecimentos de sua vida da época da juventude, no primeiro destaque, o que Li concorda e se manifesta através da repetição de “era bom demais”, no segundo destaque, estabelecendo assim a função da intensificação na compreensão (MARCUSCHI, 1996, 107).

Conclusão.

O complexo oracional subjetivo é constituído de oração matriz (a predicadora) e a oração subjetiva (a encaixada completiva). Consideramos dois padrões: *Padrão 1* (oração matriz com verbo intransitivo) e *Padrão 2* (oração matriz constituída de verbo ser + nomes, e verbo ficar + verbos no particípio). Seleccionamos, para análise, o *Padrão 2* nas amostras de fala mineira, fluminense e carioca.

O nosso foco está no estudo da marcação de (inter) subjetividade desencadeada pelo falante que sobrepõe à função sintática da oração matriz de selecionadora de oração encaixada completiva subjetiva valores semântico-discursivos de modalização e de avaliação na ordem não-marcada, de ^{oração matriz + sentença subjetiva}; e de valores semântico-discursivos de avaliação, com sobreposição de valores textual-discursivos de marcadores discursivos de assentimento, comentário e avaliação na ordem marcada, *sentença subjetiva + oração matriz*.

A análise de dados revelou ainda que a encaixada completiva subjetiva expressa informação de teor geral, enquanto o falante utiliza valores semântico-discursivos modalizadores e avaliativos na oração matriz para marcar o seu afastamento ou o seu comprometimento na situação de fala. Todo a sentença complexa subjetiva marca o não-pessoal relação à informação que lhe antecede ou lhe sucede, que geralmente são marcadas por identificação de participante através de nomeação explícita do referente ou através da composição com pessoas do discurso.

A hipótese inicial de que o “espaço” inicial da sentença é o espaço da modalidade e da avaliação se confirma nos dados investigados. A seleção da ordem marcada, em que a oração matriz é utilizada para expressar também traços de marcadores discursivos de assentimento, de comentário e de avaliação, especialmente na variante mineira, aponta para uma mudança que se prenuncia na variante da Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas.

- BASÍLIO, Margarida. A flutuação categorial de base adjetiva no português falado. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Volume II: Níveis de análise linguística. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1992. p. 83-109.
- BIBER, D.; FINEGAN, E. Styles of stance in English: lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. *Text*, 9, 1989, p. 93-124.
- BYBEE, J. & FLEISCHMANN, S. Modality in Grammar and Discourse. John Benjamins Publishing Company. 1995, p. 4-6.
- _____. Mechanisms of change in Grammaticalization: the role of Frequency. In: Joseph e Janda (editors). *The Handbook of Historical Linguistics*. Balckwell Publishing. 2005.
- BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA. *The evolution of grammar*. Tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago Press. 1994, p. 176-242.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro. SP. Fapesp. Editora Contexto. 2010, p.337.
- DIAS, N. B. *Agramaticalização de orações matrizes*. Relatório 2011-2013 para a FAPERJ. UFF/ Deptº de Letras Clássicas e Vernáculas. 2012, p. 1-60.
- DIAS, N.B. e MOURA, M.Z. A avaliação na oração matriz e no segmento A. *Revista Veredas*. Juiz de Fora. UFJF. 2011, volume 15, número 1.
- DIAS, Nilza Barrozo. “As pequenas cláusulas”. In: CASTILHO, A. (Organizador) *História do Português Paulista*, série: Estudos, volume I. CASTILHO (org.). Editora da Unicamp, 2009, p.-559-570.
- FOX, Barbara A. Principles shaping grammatical practices: an exploration *Discourse Studies*, vol.9,2007, p.299-318. Acessado em: fevereiro de 2008. <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/3/299>
- GOODWIN, M. Concurrent operations on talk: notes on the interactive organization of assessments. *IPRA Papers in Pragmatics*. v. 1, n. 1, 1987. p. 1-54.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994 [1985], p. 69-105.
- HEINE, B. Grammaticalization. In: Joseph e Janda (editors). *The Handbook of Historical Linguistics*. Balckwell Publising. 2005.
- HOPPER, Paul .On some principles of grammaticalization. In: *Approaches to grammaticalization*. Traugott& Heine (editors).Vol. I. John Benjamins. 1991, p.17-36.

- LEHMAN, C. Towards a typology of clause linkage. In: Thompson & Haiman (eds). *Clause combining in grammar and discourse*. J. Benjamins Publishing. Amsterdam / Philadelphia. 1988, p. 181-225.
- LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa. Editorial Presença/ Martins Fontes. 1996, p. 337-393.
- MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. *Gramática do Português Falado*. KOCH (organizadora). Editora da Unicamp. Campinas/SP. Vol. VI. 1996, p. 107.
- MARTIN & WHITE. *The language of evaluation. Appraisal in English*. London. Palgrave Macmillan. 2007, p. 1-69.
- NEVES, M.H. *Gramática do Português em Uso*. São Paulo. Editora da UNESP. 2000, p. 183.
- _____. Modalização. In: *Gramática do Português Falado*. KOCH (org.). Campinas. Editora da Unicamp. Vol. VI. 1996, p. 172-189.
- SOARES, Augusto da Silva. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. In: *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 49-81, jan./jun. 2008.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, p. 219-250.
- _____. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization. Topics in English Linguistics*. Berlin and New York: Mouton of Gruyter. (forthcoming)
- Elizabeth C. & Richard B. Dasher. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge . Cambridge University Press. 2005, p. 34-44.

Recebido em 31 de março de 2013.

Aceito em 6 de abril de 2013.